



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE JURÍDICA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS E ACESSO À POLÍTICA

DESPACHO DE APROVAÇÃO Nº 524/2024/CONJUR-MJSP/CGU/AGU

NUP: 08018.072701/2023-68

INTERESSADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ASSUNTOS: CONSULTA. MINUTA. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL (MJR). LEI Nº 14.133, DE 2021 E NO DECRETO Nº 11.531, DE 2023. ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 55, DE 2014 E PORTARIA NORMATIVA CGU/AGU Nº 5, DE 2022. PUBLICAÇÃO DA PORTARIA SEGES/MGI Nº 1.605, DE 15 DE MARÇO DE 2024. NORMAS COMPLEMENTARES. REVOGAÇÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 1/2024/CONJUR-MJSP/CGU/AGU. NUP Nº 08200.003260/2024-78.

1. **Aprovo o Parecer Referencial nº 5/2024/CONJUR-MJSP/CGU/AGU a acolho em seus fundamentos fáticos e jurídicos, conforme disposto no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como no art. 7º e inciso I do art. 8º, ambos da Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009.**

2. À consideração superior (art. 2º, da Portaria nº 1, de 31 de janeiro de 2020, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública), com as seguintes sugestões, em caso de aprovação e atesto de que houve atendimento aos requisitos constantes da Portaria Normativa CGU nº 5/2022:

(i) determinar seu prazo de validade limitado a 2 (dois) anos, conforme disposto no art. 4º, inciso III, alínea a, da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 2022;

(ii) determinar a revogação do Parecer Referencial nº 1/2024/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (NUP nº 08200.003260/2024-78);

(iii) encaminhar a presente Manifestação Jurídica ao Departamento de Informações Jurídico Estratégicas da Consultoria-Geral da União, conforme exigência da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2022;

(iv) encaminhar o parecer referencial à Secretaria Executiva- SE/MJSP para a divulgação entre as Secretarias e órgãos vinculados que celebrem acordos de cooperação técnica no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

(v) devolução dos autos à Secretaria Nacional de Justiça - Senajus para conhecimento e adoção das providências decorrentes.

Brasília, 25 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)

CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos e Acesso à Política

Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08018072701202368 e da chave de acesso 9acfba5



Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1480492410 e chave de acesso 9acfeba5 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS ALBERTO VALENTIM DOS SANTOS. Data e Hora: 25-04-2024 08:37. Número de Série: 39819172608822412883311826172. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.
